

**A importância do econômico
na Geografia atualmente:
algumas questões
para o debate**

*The importance of the
economical in the Geography
nowadays: some subjects
for the discussion*

*La importancia de lo
económico en la Geografía
actual: algunas
aproximaciones
para la discusión*

FLAVIANA GASPAROTTI NUNES

Professora Doutora
Departamento de Geografia - FCH/UFGD
Rua João Rosa Góes, n. 1761
Caixa Postal 322- CEP: 79825-070
Dourados-MS
flaviana.nunes@ufgd.edu.br

Resumo: Neste texto procuramos apontar algumas questões acerca da importância do econômico na Geografia atualmente. Partimos da identificação das mudanças teórico-metodológicas sofridas pela Geografia nos últimos anos, abordando os reflexos destas nos trabalhos geográficos voltados ao estudo dos fatos econômicos. Verificamos que o contexto atual aponta para a necessidade de valorização de elementos como a cultura e o indivíduo para a explicação dos processos geoeconômicos. Neste sentido, podemos observar uma tendência de relativização do econômico nas análises geográficas, conduzindo à introdução de outras dimensões das relações sociais que até então não eram consideradas e valorizadas nestes estudos. No entanto, assumimos a posição de que a dimensão econômica continua sendo central e estrutural para as análises pois, para a Geografia, o econômico é imprescindível ao entendimento da lógica da organização da sociedade a partir de suas expressões espaciais.

Palavras-chave: Fatos econômicos; Geografia; Mudanças teórico-metodológicas.

Abstract: In this text we tried to contemplate about the questions about the importance of the economical in the Geography nowadays. We left of the identification of the theoretical-methodological changes occurred in the Geography in the last years, approaching the reflexes of these in the geographical works dedicate to the study of the economical facts. We verified that the current context appears for the need of valorization of elements as the culture and the individual for the geographic explanation of the economical processes. In this sense, we can observe a tendency of relativization of the economical in the geographical analyses, leading to the introduction of other dimensions of the social relationships that until then were not considered and valued in these studies. However, we assumed the position that the economical dimension stays central and structural for the analyses because for the Geography the economical is indispensable to the understanding of the logic of the organization of the society starting from their space expressions.

Keywords: Economical facts; Geography; Theoretical-methodological changes.

Resumen: En este texto buscamos apuntar algunas cuestiones acerca de la importancia el económico en Geografía actualmente. Hemos partido de la identificación de los cambios teórico-metodológicos sufridos por la Geografía en los últimos años, abordando sus reflejos en los trabajos geográficos dedicados al estudio de los hechos económicos. Hemos verificado que el contexto actual apunta la necesidad de valoración de elementos como la cultura y el individuo para la explicación de los procesos geoeconómicos. En este sentido, hemos podido observar una tendencia de relativización de lo económico en los análisis geográficos, conduciendo a la introducción de otras dimensiones en las relaciones sociales que hasta entonces no eran consideradas y valoradas en estos estudios. Sin embargo, hemos asumido la posición de que la dimensión económica sigue siendo central y estructural para los análisis pues, para la Geografía, lo económico es imprescindible al entendimiento de la lógica de organización de la sociedad a partir de sus expresiones espaciales.

Palabras clave: Hechos económicos, Geografía, Cambios teórico-metodológicos.

Terra Livre	Presidente Prudente	Ano 22, v. 2, n. 27	p. 185-196	Jul-Dez/2006
-------------	---------------------	---------------------	------------	--------------

Introdução

As mudanças contextuais ocorridas nos últimos anos, notadamente na última década do século XX, trouxeram um novo conjunto de preocupações para a pesquisa e para a reflexão científica¹.

Essas mudanças são conseqüências diretas de processos de grande envergadura que afetaram o funcionamento do sistema capitalista, tais como: a globalização e a emergência de um novo paradigma tecno-econômico de base informacional, além da própria simbologia da queda do Muro, a democratização e as tentativas de inserção na ordem econômica capitalista mundial das antigas nações sob influência da antiga URSS. Paralelamente a isso, temos no Brasil a consolidação da democracia e a busca pela modernização das estruturas do Estado.

Este contexto econômico, social e político apresenta rebatimentos diretos no conjunto das ciências sociais, as quais passam a introduzir a discussão sobre a crítica pós-moderna à racionalidade científica², que chega também à Geografia, pois conforme Carlos (2002, p. 163): *"[...] a constituição de um saber geográfico se move num contexto histórico social o que significa dizer que as mudanças nos modos de pensar a geografia são produto direto das transformações econômicas, políticas e sociais [...]".*

A mesma autora refere-se a este momento afirmando que:

Na realidade, a meu ver, a geografia e, de resto, as ciências sociais estão hoje numa encruzilhada que busca responder as perguntas que surgem num mundo em constante processo de constituição apontando para uma evidente crise teórica. Como se pode compreender hoje a solidez da ordem capitalista e sua capacidade de adaptação e restituição? Como desconsiderar o fato de que o desenvolvimento do modo de produção e da técnica produziu um novo espaço e uma rotina organizada da vida? Como analisar o empobrecimento significativo das relações sociais, onde a vida das pessoas se prende cada vez mais ao universo da necessidade? Como desconsiderar o fato de que a coisificação das relações sociais que ocorrem no processo produtivo desvaloriza o homem em detrimento do objeto criado, cuja posse significa riqueza e poder? Como mudanças rápidas são compatíveis com a estabilidade de certas relações fundamentais; como entender a manutenção de antigas relações – aquelas vindas da história – e as novas relações que compõem hoje o cenário da mundialização? Como entender, em sua profundidade, o "mundo da mercadoria" como produto da realização do capitalismo? (CARLOS, 2002, p. 167).

Para compreender esta complexidade, verifica-se, nos últimos anos, a presença de uma multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas na Geografia, caracterizando um momento

¹ Este artigo apresenta parte das reflexões desenvolvidas no capítulo 4 de nossa tese de doutorado intitulada: "O econômico na Geografia. Influências do pensamento econômico na produção geográfica (1970-2001)", defendida em outubro de 2004, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP - Campus de Presidente Prudente, sob orientação do Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito.

² Analisando e discutindo esta questão há um número significativo de obras entre as quais podemos destacar: harvey (1994), Jameson (2004), Haesbert (2002), entre outros.

diferenciado em relação aos anos 1980, por exemplo, em que havia uma predominância dos referenciais teórico-metodológicos do materialismo histórico e dialético.

No caso dos trabalhos geográficos em que o enfoque econômico é central, ou seja, análises geográficas que trabalham diretamente com processos e elementos de natureza econômica, como poderíamos analisar o momento atual em relação às abordagens teórico-metodológicas? Haveria uma relativização do econômico nas análises espaciais?

Em pesquisa realizada sobre a produção geográfica (teses de doutorado) da USP no período de 1970 a 2001³ identificamos que a década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990 foram marcados pela grande influência do materialismo histórico nos trabalhos geográficos. Pudemos verificar que, com base na teoria da modernização da agricultura e na teoria da renda da terra e suas influências nos estudos rurais e urbanos, bem como com a utilização de conceitos e idéias provenientes do pensamento econômico marxista foram desenvolvidos muitos trabalhos.

Esses trabalhos tinham como prioridade a discussão do econômico como elemento essencial na explicação e na análise dos fatos geográficos. Desta forma, com base nesta abordagem houve uma significativa valorização do econômico como elemento explicativo dos processos espaciais que se materializam em diversas realidades, advindo daí uma das principais críticas feitas aos trabalhos geográficos influenciados pelo materialismo histórico: o excesso de "economicismo" apresentado nessas análises, desconsiderando critérios e elementos não estritamente determinados pelas relações de produção como etnia, gênero, cultura e indivíduo.

Tomando como referência os trabalhos geográficos recentes que abordam diretamente os fatos econômicos, Sánchez Hernández (2003, p. 108) afirma que:

La lenta consolidación de los enfoques que insisten en la capacidad individual y social para efectuar elecciones según criterios no estrictamente determinados por las relaciones de producción: raza, género, cultura e individuo comienzan a cobrar importancia en la explicación de los procesos geoeconómicos en detrimento del sesgo estructuralista y economicista por el que comenzaba a deslizarse a la Geografía Económica. En este terreno, hay que resaltar la influencia de la teoría de la estructuración de Anthony Giddens, quien propone una interpretación de la sociedad donde los condicionantes estructurales no impiden que los individuos actúen con la libertad suficiente para elegir su destino particular y colectivo.

A partir da citação de Sánchez Hernández, entendemos que nos últimos anos consolidaram-se enfoques que consideram a capacidade individual e social para efetuar escolhas segundo critérios não estritamente determinados pelas relações de produção como etnia, gênero, cultura e indivíduo para a explicação dos processos geoeconômicos.

³ Mais detalhes sobre a pesquisa realizada ver Nunes (2004).

Neste sentido, o autor aponta uma tendência de relativização do econômico nas análises conduzindo à introdução de outras dimensões das relações sociais que até então não eram consideradas e valorizadas.

Diante do exposto, nossa preocupação neste texto voltar-se-á para a discussão de algumas questões atualmente colocadas sobre a análise dos fatos econômicos na Geografia tendo em vista o atual debate teórico-metodológico, bem como o contexto mais amplo em que este se insere.

Deve-se ressaltar que nosso objetivo é levantar/apontar questões que possam conduzir a um debate sobre a relevância do econômico na Geografia num momento em que alguns referenciais teórico-metodológicos pautados na materialidade da sociedade passam a ser questionados e revistos. O texto não tem a pretensão de indicar soluções ou caminhos para a análise do econômico na Geografia, mas sim levantar elementos e questões que possam contribuir para a construção destes.

Questões teórico-metodológicas: a multiplicidade/complementaridade de teorias para a análise do econômico

A fim de refletirmos sobre as questões atualmente colocadas para os estudos geográficos que priorizam os fatos ou elementos econômicos, é interessante retomarmos rapidamente a própria trajetória da Geografia Econômica tendo em vista o fato de este campo agregar os trabalhos com esta característica⁴.

Ao discutir esta trajetória⁵, Sánchez Hernández (2003, p. 193-195) entende que:

[...] Por tanto, ya lo hemos dicho, la Geografía Económica, a lo largo de sus distintos proyectos constitutivos, recorre la senda de la desmaterialización. Cada vez se aleja más de las cuestiones estrictamente físicas para adentrarse en el mundo de las relaciones invisibles, pero ineludibles, siguiendo un discurrir paralelo al de la propia actividad económica, cada vez más cargada de contenido informacional y menos intensiva en el consumo de *inputs* materiales. En efecto, entre las múltiples cuestiones que interesan a la Geografía Económica moderna, la producción *sensu stricto* sólo cobra sentido a la luz de su relación los factores culturales, con los avances tecnológicos, con la labor de las instituciones o con el contenido simbólico que implica la elaboración de ciertos productos que han forjado un paisaje y una forma de vida. Por eso la Geografía Económica ya no se compone del estudio parcial e inconexo de las actividades económicas, sino que presenta un talante más integrador que recupera el territorio como argumento central de la reflexión teórica y de la investigación empírica [...].

Para chegar às análises acima citadas, o autor em questão identificou três enfoques ou projetos que, segundo ele, não representam concepções em períodos estanques no tempo, mas

⁴ Não é nosso intuito neste texto discutir a existência ou pertinência desta classificação no interior da Geografia. Utilizaremos esta terminologia apenas por entendermos tratar-se de uma referência para a reflexão do econômico na Geografia tendo em vista que a própria denominação mostra a relação direta com a análise do econômico.

⁵ Em relação às discussões deste autor sobre a Geografia Econômica referenciadas em vários momentos neste texto, deve-se lembrar que suas reflexões têm por base a produção científica européia e norte-americana não sendo adequada uma generalização absoluta delas ao caso da Geografia brasileira. No entanto, acreditamos que alguns parâmetros por ele estabelecidos a partir daqueles contextos podem servir como importantes referências para a discussão sobre a Geografia Econômica produzida no Brasil.

projetos científicos orientados a responder as questões que preocupam ou preocuparam a Geografia Econômica e possuem relação com a natureza espacial dos processos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Tais projetos foram denominados projeto ambiental, projeto locacional e projeto estrutural-conceitual.

Para Sánchez Hernández, atualmente, o projeto estrutural-conceitual domina a Geografia Econômica podendo ser definido como o estudo da lógica espacial do capitalismo. Este projeto:

[...] pretende descubrir la(s) forma(s) en que este sistema concreto de organización política de la actividad económica se sirve del espacio geográfico (diferenciado y heterogéneo) para alcanzar su objetivo de acumulación, que implica un proceso continuado de expansión espacial y da lugar a la configuración de distintas modalidades de respuesta y adaptación territorial (local, regional, nacional, internacional, global) a los retos que plantea la indisoluble articulación entre localización y acumulación. El término utilizado pretende, por consiguiente, hacerse eco de las dos vertientes que entraña este proyecto: el estudio espacial de las estructuras del sistema capitalista y la consideración de la influencia que el contexto o entorno geográfico, culturalmente construido por las sociedades humanas, tiene en su funcionamiento [...] (SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, 2003, p. 96).

As influências teórico-metodológicas deste projeto identificam-se com as próprias formas de entender a Geografia após a crise do positivismo: o estruturalismo de caráter relativamente marxista e o humanismo fenomenológico impulsionado pelas filosofias pós-modernas, ambos imbuídos de um sentido crítico em relação ao capitalismo imperante e, sobretudo, em relação às suas conseqüências em todas as escalas e ordens. Tais perspectivas, apesar de diferentes, colocam-se como complementares nos objetivos deste projeto.

Nos dizeres de Sánchez Hernández: *“El corolario epistemológico de este proceso de configuración del proyecto estructural-contextual es la incapacidad de una sola teoría para explicarlo todo, lo que reclama el recurso permanente al uso de diferentes propuestas adaptadas a las escalas geográficas de análisis y a los temas estudiados (2003, p. 104)”*.

O autor aponta, portanto, a necessidade de discussão sobre a definição da orientação teórico-metodológica mais adequada para as análises da Geografia Econômica neste momento, mostrando a possibilidade de utilização de mais de um referencial, ou seja, da complementaridade de teorias de acordo com as especificidades do objeto, sua escala e assim por diante.

Nosso entendimento é de que isso é possível e necessário, diante da complexidade das questões e processos que constituem o espaço econômico atualmente, dentre os quais podemos destacar: as praças financeiras, os fluxos de inversão direta internacional, os fundos de pensão, as redes e sistemas de inovação, a revolução tecnológico-informacional, a divisão espacial do trabalho, as empresas, as redes de telecomunicação, a nova economia que emerge no ciberespaço, o desenvolvimento local, o marketing urbano, a economia informal, a formação do capitalismo global e suas formas culturais de âmbito regional, os espaços econômicos emergentes, os

territórios em declive e reestruturação, o papel econômico das instituições, o gerenciamento da economia, os padrões de consumo e assim por diante.

Na verdade, trata-se de uma definição em parâmetros mais complexos e dinâmicos da relação de múltiplas escalas, de origem e alteração de fenômenos e forças em cada ponto do território, paralelamente à virtualização dos dados, informações e experiências que cada indivíduo, cidade ou nação possui dos demais lugares e seres.

No entanto, o espaço econômico deve ser entendido como um produto social, resultado material e histórico das iniciativas e relações humanas dos mais variados tipos, nunca deixando de considerar sua dimensão estrutural.

Novos elementos: desmaterialização dos objetos econômicos e a incorporação do “não econômico”

Além da possibilidade de utilização de vários referenciais teóricos, ou seja, da complementaridade das teorias, Sánchez Hernández (2003, p. 135) identifica, também, a possibilidade de estudar o econômico como fato cultural⁶. O “giro cultural”, em sua opinião, consiste em considerar que a vida econômica não está separada do meio cultural em que se desenvolve e que constitui, por sua vez, um fator primordial e decisivo de diferenciação geográfica. Isso porque, em última instância, a economia é uma forma a mais de cultura e assim sendo, se constitui a partir de referências e condicionantes culturais que atribuem valores e significados distintos ao trabalho, ao emprego, ao dinheiro, ao consumo, à propriedade ou ao contrato mercantil.

Segundo o autor, deve-se valorizá-lo como uma peça a mais dentro do projeto estrutural-contextual e não como substitutivo das contribuições precedentes. O autêntico mérito do giro cultural reside na contribuição de maior alcance e profundidade aos conceitos e temas que envolvem os pilares do projeto em curso, o qual não é unicamente contextual, mas estrutural, isto é, interessado em compreender os fundamentos da vida econômica e sua relação com o espaço geográfico.

A fim de ampliarmos as referências sobre esta questão e relacionarmos seus desdobramentos quanto à análise do econômico na Geografia, destacamos as reflexões de David

⁶ É interessante destacar que para chegar a esta conclusão, o autor aponta que para compreender a espacialidade do capitalismo atualmente, a Geografia Econômica tem empreendido um esforço que a faz superar algumas de suas fronteiras mais convencionais, utilizando, para isso, de metáfora com o dilema central do famoso seriado de televisão “Arquivo X”. Neste seriado, coloca-se a todo momento a relevância dos fatos não necessariamente científicos e racionais para a explicação dos casos investigados por dois agentes do F.B.I (Fox Mulder, estudioso de fenômenos paranormais e Dana Scully, convicta da racionalidade científica). Com a comparação, Sánchez Hernández está chamando a atenção para a necessidade de rompimento com alguns princípios tidos como “racionais e científicos” para explicar o econômico geograficamente. Daí a importância do giro cultural, significando esse rompimento de fronteiras da Geografia Econômica.

Harvey em *“Condição Pós-Moderna”* (1994), as quais, em grande parte, também apontam para a possibilidade de uma leitura econômica dos elementos culturais.

O autor parte do pressuposto “[...] de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo. (HARVEY, 1994, p. 8)”.

Harvey entende que os elementos culturais têm relação direta com o contexto social, econômico e político, sendo mais do que nunca essenciais nas determinações e estratégias do desenvolvimento do capitalismo. Ao falar sobre a aceleração na produção e as acelerações paralelas nas esferas da troca e consumo o autor trabalha esta idéia:

Dentre os muitos desenvolvimentos da arena do consumo, dois têm particular importância. A mobilização da moda em mercados de massa (em oposição a mercados de elite) forneceu um meio de acelerar o ritmo do consumo não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também numa ampla gama de estilos de vida e atividades de recreação (hábitos de lazer e de esporte, estilos de música pop, videocassetes e jogos infantis etc.) Uma segunda tendência foi a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços - não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos e distrações. O ‘tempo de vida’ desses serviços (uma visita a um museu, ir a um concerto de rock ou ao cinema, assistir a palestras ou frequentar clubes), embora difícil de estimar, é bem menor do que o de um automóvel ou de uma máquina de lavar. Como há limites para a acumulação e para o giro de bens físicos [...], faz sentido que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo [...] (HARVEY, 1994, p. 258).

A partir da citação percebemos que as práticas culturais não só representam uma possibilidade de mercado a ser explorado (com o oferecimento e venda de bens culturais), como ao mesmo tempo direcionam o consumo em geral, criando sistemas de signos e imagens que manipulam desejos e gostos que desembocam na venda de determinadas mercadorias.

Para deixarmos ainda mais claro o posicionamento de Harvey em relação ao importante papel da cultura ou dos elementos culturais para o entendimento do capitalismo atual, vejamos esta passagem:

[...] Se vemos a cultura como um complexo de signos e significações (incluindo a linguagem) que origina códigos de transmissão de valores e significados sociais, podemos ao menos iniciar a tarefa de desvelar suas complexidades nas condições atuais mediante o reconhecimento de que o dinheiro e as mercadorias são eles mesmos portadores primários de códigos culturais. Como o dinheiro e as mercadorias dependem inteiramente da circulação do capital, segue-se que as formas culturais têm raízes no processo diário de circulação de capital. Por conseguinte, devemos começar pela experiência cotidiana da moeda e da mercadoria, mesmo que mercadorias especiais ou mesmo sistemas de signos completos possam ser retirados da vala comum e transformados no fundamento da ‘alta’ cultura ou da ‘imaginação’ especializada que já tivemos a oportunidade de comentar (HARVEY, 1994, p. 269).

Harvey, portanto, considera fundamental a relação entre cultura e dinheiro-mercadoria (elementos econômicos) para que possamos entender melhor a lógica do capital e das relações existentes na sociedade atual.

As idéias desenvolvidas por Sánchez Hernández e Harvey levam-nos a refletir sobre algumas questões ou “problemas” conseqüentes de suas posições: uma delas diz respeito a uma possível junção indiscriminada de referenciais teórico-metodológicos que viria a caracterizar as análises geográficas do econômico (no caso da discussão de Sánchez Hernández); outra se refere a uma possível perda de centralidade do econômico levando a um “subjativismo” e relativismo exacerbado nos trabalhos (isso porque o cultural seria valorizado nas análises, conforme apontam ambos os autores).

Quanto à primeira questão, conforme mencionado anteriormente, acreditamos na possibilidade e importância de uma complementaridade de teorias explicativas e não numa junção indiscriminada de teorias que resultaria numa nova teoria (ou “super-teoria”) mais adequada ao momento atual do capitalismo, pois “[...] à medida em que ingressamos em um novo campo histórico do desenvolvimento capitalista, há uma evidência cada vez maior de que precisamos de novos conceitos e teorias para que as novas realidades façam sentido [...]” (MARTIN, 1996, p. 56).

Neste sentido, estaria apontada a necessidade de um programa de estudos do econômico na Geografia que tivesse um caráter muito mais multidimensional, multivocal⁷ e de múltiplas perspectivas⁸. Nos dizeres de Martin (1996, p. 57):

Uma geografia econômica multidimensional também tem múltiplas perspectivas, aberta a uma vasta gama de teorias e perspectivas sobre os campos da realidade da economia espacial e como elas se constituem e interagem. Qualquer perspectiva dada ou posição teórica vantajosa é seletiva, e inevitavelmente mediada por nossa preexistente visão de mundo, pressupostos, valores e interesses (ou o que Schumpeter uma vez se referiu como “cognição pré-analítica”).

Esta discussão remete à segunda questão ou problema levantado: a possível perda de centralidade do papel do econômico nas análises. Quanto a isso, entendemos que a multiplicidade de perspectivas ou a complementaridade de teorias não levaria as análises a perderem seus

⁷ Esta terminologia é utilizada por Martin (1996, p. 56-57) e caracterizada por “[...] preocupar-se em reconhecer e atribuir substancial importância teórica explícita aos diferentes grupos sociais que constituem a ‘economia’, de incorporar as experiências e papéis específicos de determinados grupos ou comunidades ao invés de ocultar ou agrupar sob categorias supostamente ‘neutras’ e tipos ‘gerais’. [...]”.

⁸ Neste caso, poderíamos destacar, entre outras, as contribuições de Pierre Bourdieu relativas às idéias de um mercado de bens simbólicos na medida em que: “[...] Bourdieu recusa o materialismo redutor e a separação em que se apóia, qual seja, ‘a dicotomia do econômico e do não-econômico que impede apreender a ciência das práticas econômicas como um caso particular de uma ciência geral da economia das práticas, capaz de tratar todas as práticas, inclusive aquelas que se pretendem desinteressadas ou gratuitas, e destarte libertas da economia, como práticas econômicas, orientadas para a maximização do lucro, material ou simbólico’.” (MICELI, 2001, p. XXXIV). Sendo assim, percebemos que Bourdieu tenta ampliar o entendimento do econômico no contexto de sua discussão sobre o simbólico.

propósitos fundamentais, mas fortaleceria a explicação e interpretação dos fatos econômicos no espaço, os quais, cada vez mais se caracterizam pela diversidade.

Neste sentido, a dimensão econômica continua sendo central e estrutural para as análises, pois “[...] *queramos o no, la economía, la lucha por la vida, es un componente esencial de toda sociedad y, por ello mismo, un poderosísimo motor de cambio espacial. No todo es economía, pero sin ella no hay reproducción social posible ni, por consiguiente, producción de espacio social* [...] (SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, 2003, p. 209)”.

Para a Geografia, o econômico é imprescindível para entender a lógica da organização da sociedade a partir de suas expressões espaciais. Como a economia mudou, dinamizou-se e tornou-se mais presente nas diversas esferas das relações humanas devido à mercadorização de todas as relações, isso se reflete na ordem e vivência espacial, cobrando análises pertinentes.

Pode-se afirmar, conforme se referiu Sánchez Hernández (2003, p.193) que está em curso uma constante “desmaterialização” dos fatos econômicos, pois o processo produtivo é cada vez mais constituído por elementos não necessariamente físicos e materiais.

Embora Santos (1997) não tenha o objetivo de realizar uma reflexão especificamente voltada aos elementos econômicos e sua centralidade na análise do espaço, entendemos que o autor aborda algumas questões que possuem relação com o que vimos discutindo até aqui, sobretudo quanto à inserção/valorização do “não-econômico”.

No texto em questão, Santos (1997) procura construir um sistema de pensamento que busca entender o espaço geográfico na passagem do século XX. O autor parte da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações reconhecendo como categorias analíticas internas deste a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo.

Com o mesmo ponto de partida discute a questão dos recortes espaciais propondo debates de problemas como o da região e do lugar; das redes e das escalas. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre os conceitos, junto à questão de uma ordem mundial e uma ordem local, tendo a técnica papel central em toda a análise.

A técnica, em sua opinião, é importante para este raciocínio porque:

[...] reúne as categorias internas e externas, permitindo empiricamente assimilar coerência externa e coerência interna. A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambigüidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo (SANTOS, 1997, p. 20).

Para Santos, portanto, o entendimento da arquitetura e funcionamento do mundo passa pela compreensão do papel do fenômeno técnico, em suas manifestações atuais, entre as quais destaca a emergência de uma unicidade técnica, de uma unicidade do tempo e de uma unicidade do motor da vida econômica e social.

A unicidade do motor da vida econômica e social em todo planeta, por exemplo, pode ser representada emblematicamente pela emergência de uma mais-valia no nível global e assegurada, direta ou indiretamente, pela existência de grandes organizações que são os atores atuais da vida internacional. Tais unicidades são a base do fenômeno da globalização e das transformações contemporâneas do espaço geográfico.

Esta nova ordem mundial, em sua opinião, é cada vez mais normativa e normada na medida em que há uma preeminência da técnica em todos os aspectos da vida social sendo, também, o próprio fenômeno técnico normativo e normado. Neste sentido:

Através de ações normadas e de objetos técnicos, a regulação da economia e a regulação do território vão agora impor-se com ainda mais força, uma vez que um processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado exige uma permanente reunificação, para ser eficaz. O aprofundamento resultante da divisão do trabalho impõe formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle. As novas necessidades de complementaridade surgem paralelamente à necessidade de vigiá-las, acompanhá-las e regulá-las. Estas novas necessidades de regulação e controle estrito mesmo à distância constituem uma diferença entre as complementaridades do passado e as atuais.

Ao mesmo tempo, parcelas significativas do espaço geográfico, situadas sobretudo nas cidades (especialmente nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos), escapam aos rigores das normas rígidas. Velhos objetos e ação menos informadas e menos racionais constroem paralelamente um tecido em que a vida, inspirada em relações pessoais mais diretas e mais freqüentes e menos pragmáticas, pode ser vivida na emoção e o intercâmbio entre os homens é criador de cultura e de recursos econômicos (SANTOS, 1997, p. 185).

As idéias expressas nesta citação mostram que mesmo com a imposição em escala planetária de um sistema de ações normadas e objetos técnicos criando o meio técnico-científico-informacional, que segundo Santos "é a cara geográfica da globalização", ainda há parcelas do espaço que fogem a esse esquema revelando a singularidade e força do lugar. Nas palavras do autor: "*A ordem global busca impor a todos os lugares uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade [...] Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de razão local, convivendo dialeticamente* (SANTOS, 1997, p. 272-273)".

Para entender essa racionalidade dos lugares é importante destacar o que o autor chama de escala do cotidiano, pois:

A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local

funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade (SANTOS, 1997, p. 272).

Ao chamar a atenção para a singularidade e força dos lugares com base na escala do cotidiano, o autor reporta-se a elementos ou parâmetros de ordem eminentemente subjetiva como a vizinhança, a emoção, a intimidade para a compreensão do lugar. Neste caso, podemos identificar a valorização do “não econômico”, embora o autor tome por base, também, elementos e questões que possuem uma conotação econômica evidente, conforme verificamos em sua reflexão sobre a globalização a partir do meio-técnico-científico-informacional.

A partir das idéias de Harvey (1994) entende-se a cultura como elemento relacionado com a própria economia fornecendo a esta uma organicidade, além do fato da própria cultura ter se transformado também em um fato econômico. Santos (1997), por sua vez, mostra a importância de dimensões de caráter mais subjetivo para a compreensão do espaço produzido em diversas escalas.

Sendo assim, verifica-se, de um lado a necessidade de abordar/considerar dimensões como a cultura até mesmo como fato econômico, caracterizando novos objetos econômicos. De outro lado, tem-se a valorização do “não-econômico” aliado ao “tradicional econômico” construindo esquemas explicativos para o entendimento do espaço.

A nosso ver, essas são questões que se colocam para o debate sobre o atual papel e significado do econômico nas análises geográficas, as quais podem mudar ou mesmo romper com alguns entendimentos e noções comumente adotadas.

Considerações finais

As idéias expostas apontam a existência de um conjunto de questões a serem consideradas no debate sobre a importância do econômico na análise geográfica atualmente. Partimos do pressuposto de que anteriormente, sobretudo no período compreendido entre os anos 1980 e 1990, houve uma valorização do econômico nas análises geográficas conseqüente do referencial teórico-metodológico utilizado em grande parte dos trabalhos.

No entanto, a partir do momento em que esse referencial teórico-metodológico (o materialismo histórico e dialético) deixa de ser hegemônico e são introduzidas novas abordagens na Geografia, outras dimensões da realidade tais como cultura, gênero, etnia, entre outras também passam a ser valorizadas. Diante disso, pode-se observar uma certa tendência de relativização do econômico nas análises geográficas, inclusive naquelas voltadas à compreensão direta dos fatos econômicos.

A multiplicidade de perspectivas e a complementaridade de teorias ou referenciais teórico-metodológicos, conforme mencionado, poderia conduzir a análises mais condizentes às atuais

características do desenvolvimento capitalista, sem, no entanto, perderem seus propósitos fundamentais. Poderia haver, sim, um fortalecimento da explicação e interpretação dos fatos econômicos no espaço, que no momento atual são cada vez mais complexos e marcados pela diversidade.

Apesar disso, acreditamos que independente do referencial teórico-metodológico adotado, deve-se sempre partir do pressuposto de que o espaço econômico precisa ser entendido como um produto social, resultado material e histórico das iniciativas e relações humanas dos mais variados tipos, nunca deixando de considerar sua dimensão estrutural.

Pode-se dizer que o momento atual caracteriza-se pela busca de múltiplas dimensões para a análise dos fatos econômicos na Geografia. As recentes questões e possibilidades apontadas tais como a incorporação de dimensões ou explicações não estritamente econômicas, a constante desmaterialização dos objetos econômicos e a utilização de diversos referenciais teórico-metodológicos ou complementaridade de teorias de acordo com as especificidades do objeto, escala, etc. mostram a necessidade de um repensar sobre o próprio sentido do “econômico” na Geografia.

Referências bibliográficas

- CARLOS, Ana F. A. A Geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. *Terra Livre*, São Paulo, n. 18, p. 161-168, jan/jun 2002.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- JAMESON, Frederic. *Espaço e Imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2004.
- MARTIN, Ron. Teoria Econômica e Geografia Humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Org.). *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 31-64.
- MICELI, Sérgio. A Força do Sentido. In: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. I-LXI.
- NUNES, Flaviana G. *O econômico na Geografia*. Influências do pensamento econômico na produção geográfica (1970-2001). 2004. 209 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.
- SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, José Luis. *Naturaleza, localización y sociedad: tres enfoques para la geografía económica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003.
- SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Recebido para publicação dia 06 de Dezembro de 2006

Aceito para publicação dia 19 de Janeiro 2007